

**Pauta:** Construção das UBS Leopoldina e Coinma pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** (10h11min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. (Início da reunião sem gravação.) ...do Conselho Municipal de Saúde; Carolina Gasperin, do GHC. Nós já tivemos uma pauta aqui na COSMAM, no ano de 2021, e hoje, na verdade, nós queremos saber como está, se avançou, se não avançou, se tem dinheiro, se não tem dinheiro, se temos que buscar dinheiro. Então, por isso, está aqui a Secretaria da Saúde para nos atualizar. Ficou deliberado que nós, enquanto comissão, fizéssemos uma visita ao local, mas acabou não acontecendo. De imediato, eu passo a palavra ao Ver. Oliboni, que é o proponente desta pauta.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Bom dia a todas e a todos; saudando aqui os meus colegas vereadores e vereadoras, o nosso presidente da comissão, o Ver. José Freitas; a Ver.<sup>a</sup> Tanise Sabino; a Ver.<sup>a</sup> Cláudia; os outros vereadores e vereadoras que fazem parte desta comissão. Quero saudar aqui os movimentos comunitários, os trabalhadores, enfim, os usuários das unidades de saúde, do Sistema Único de Saúde; saudar aqui as autoridades municipais, como também a direção do GHC, representada por vários segmentos aqui; o Adiel, que já é conhecido nosso, participou de várias reuniões; a Caroline, que vai ser a próxima gerente da Atenção Básica – acho que é importante todo mundo saber; a Secretaria da Fazenda; a Secretaria da Saúde. Enfim, esse assunto é muito conhecido por todos nós, esse assunto foi trazido lá em novembro do ano passado pela Ver.<sup>a</sup> Cláudia, que está aqui; depois, nós continuamos com outras duas pautas. Tanto a vereadora como nós visitamos as unidades e percebemos o quanto é importante não só a revitalização, mas a construção dessas duas unidades, a partir de um acordo feito entre o poder público e o GHC, lá em 2016. Mas que acordo é esse? Todo mundo sabe, esse acordo é uma dívida cobrada indevidamente do poder público municipal de 2002 a 2011, que gerou um recurso de R\$ 32 milhões, ou seja, o poder público

municipal devia ao GHC R\$ 32 milhões, e, com isso, houve um acordo no Mistério Público – está aqui o acordo, qualquer dúvida a gente pode aqui discorrer sobre ele. Está a construção de vários instrumentos públicos lá; dentre eles, está a Unidade de Saúde Jardim Leopoldina e a Unidade de Saúde Coinma, e todos nós sabemos, quem conhece a região ou as duas regiões, da importância que tem o atendimento pelo Sistema Único de Saúde para essas comunidades. Tanto uma quanto a outra tem cinco equipes de estratégia de saúde da família; atendem, diariamente, no mínimo 300 pessoas; inclusive, uma delas, com a farmácia distrital. Nós percebemos que esse acordo, estabelecido lá em 2016, é lamentável aqui dizer, sinceramente, é desleal com a população. Por que que a Câmara está tomando para si, através da Comissão de Saúde, esse problema? Porque, à medida que atinge o porto-alegrense ou o cidadão, regionalmente, não abrindo as portas do Sistema Único de Saúde para as pessoas serem atendidas, e elas passam a reclamar do atendimento ou de uma revitalização ou da construção de uma unidade, como é o caso aqui das duas, é óbvio que a Câmara absorve essa discussão, traz para si e cobra dos dois entes aqui, do poder público municipal e do GHC, a concretização desse acordo. Então, inicialmente, eu queria dizer para vocês que é muito importante nós ouvirmos aqui as duas partes para depois, então, nobre presidente, quem sabe, abrimos para a comunidade, para que percebam o quanto é importante não só a construção dessas duas unidades, mas a ampliação do atendimento à população que muito necessita. Por enquanto, muito obrigado.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Já posso até abrir inscrições. Primeiro, vou passar para a Mesa aqui, para os colegas vereadores. Quem quiser se inscrever – vou abrir dez inscrições – deve procurar o nosso assessor. A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Bom dia a todas e a todos. Na verdade, como disse o meu colega, Ver. Aldacir Oliboni, nós tivemos uma reunião no final do ano passado referente ao tema, a Carol estava, havia uns

representantes do GHC, e acho que o Adiel estava na nossa reunião; foi uma reunião feita pelo gabinete da vereadora, não foi pela comissão, mas nós já tínhamos trazido para a comissão esse tema anteriormente. Por que não marcamos mais reuniões após o final do ano? Porque nós não tínhamos uma definição, e não adianta fazer reunião se a gente não tem uma solução para dar para o caso e ficar conversando e falando para vocês as coisas e as coisas não acontecerem. Eu acho que é muito importante a gente ser resolutivo, então nós estávamos aguardando, na época a Carol comentou com relação ao GHC também trazer uma outra posição com valores, se tinha alguma forma de se fazer alguma construção de troca por terrenos, alguma coisa assim, e aí ficamos de falar novamente e não tivemos ainda esse retorno. E também a Carol trouxe a questão do BID, que era um investimento que ia se fazer em alguns postos e que poderia, sim, parte do valor do investimento solicitado ser realocado para esses postos Coinma ou Leopoldina. Na época se comentou até que não se conseguiria fazer os dois através do BID, mas que ia se tentar realocar esse recurso do empréstimo para um dos postos. Então acho que ficou tudo meio parado na época, acho que é importante a gente trazer essa fala inclusive para a gente ouvir o GHC, porque eu acho que é muito importante ouvir vocês e saber, dentro da posição de vocês, qual é a ideia, porque na época nós encerramos aquela reunião definindo que iríamos aguardar por uma posição de vocês junto com Dr. Marisco, inclusive, que ia entrar no processo para ver como as coisas estariam para gente poder fazer uma nova reunião. Então se ficou aguardando. Eu acho que a gente tem que avançar nesse sentido, é importante a gente construir. Acho que tem solução, sim. Há muito tempo eu ouço falar da questão do posto dentro do Davi Canabarro, que tem o espaço, que tem tudo que precisa ser feito, que a população precisa e que o usuário tem necessidade, porque hoje são muitos usuários sendo atendidos em um posto que não tem capacidade, e a gente sabe disso enquanto gestão, então é muito importante que a gente possa sair com um encaminhamento, principalmente por parte do GHC, por que são os maiores interessados, junto com a população. Então a gente precisa achar uma solução juntos, hoje, para que a gente avance e saiba como a gente vai trabalhar.

Acho que é importante no início a gente ouvir o Município e ouvir o GHC para a gente poder, no final, se posicionar. Muito obrigada.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** A Ver.<sup>a</sup> Tanise Sabino está com a palavra.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB):** Bom dia a todos. Quero saudar o presidente desta Comissão, demais colegas vereadores, os componentes dessa Mesa, o público que está aqui presente, creio que trabalhadores e usuários deste serviço. Importante dizer que nosso Ver. Oliboni – e quero te parabenizar pela pauta – é um vereador bastante atuante também nessa questão da saúde, e conta sempre comigo nesse sentido. Quero te dizer também que esse debate já foi realizado aqui em 2021; se não me falha a memória, nós realizamos nesta Comissão de Saúde esse debate sobre essas duas unidades de saúde, e na CEFOR também foi realizado esse debate, na comissão de Economia, Finanças e Orçamento. Então, como Comissão de Saúde esse tema é bastante relevante, uma vez que nós estamos falando de pessoas, uma vez que nós estamos falando de tratamento, e uma vez que nós estamos falando de saúde. A minha fala inicial vai ser bem breve, e se me permite, Presidente, quero fazer um anúncio, já que eu estou vendo um público expressivo aqui: como todos sabem, a minha pauta também é a saúde mental, e nesta próxima quinta-feira, depois de amanhã, teremos um seminário promovido pela Câmara de Vereadores, pela Frente Parlamentar de Promoção à Saúde Mental, Prefeitura de Porto Alegre e AMRIGS. Será na AMRIGS, ali na Av. Ipiranga, um seminário que vai abordar o tema “Saúde mental em tempos de pós pandemia”. Convido a todos. O seminário começa às 13h30min e vai até 18h30min. Então fica o convite. Obrigada.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Passo a palavra à Dra. Caroline Schirmer, diretora da Atenção Primária, porque ela vai ter um compromisso em seguida na Secretaria da Saúde.

**SRA. CAROLINE SCHIRMER:** Bom dia a todos. Acho que a Ver.<sup>a</sup> Cláudia retratou bem um resumo do que de fato aconteceu. A gente teve a reunião no final do ano passado, estávamos naquele período pós eleições, ainda com a indefinição de quem seria a presidência, agora a gente tem definido o presidente do GHC e eu entendo agora a retomada das conversas. É importante trazer – a Josi é colega da Secretaria de Saúde – os projetos das unidades de saúde, porque naquele momento nós tínhamos uma possibilidade junto ao BID, mas não tínhamos valores, quanto custaria, porque a gente precisa colocar isso dentro da nossa matriz; a gente ainda não recebeu, não sei se agora já estão finalizados os projetos; ainda não. Então tem uma série de questões, Ver. Oliboni ainda que está ainda na dependência dos dois lados; precisamos dos projetos, porque a ideia sim é colocar isso junto ao BID, ainda não temos o retorno do BID, vai ter na semana que vem mais uma reunião sobre isso. Mas antes de tudo, de definir de qual fonte sairá o projeto mandatório. A gente não constrói unidade de saúde sem um projeto arquitetônico.

A Caroline vai ficar à frente da Saúde Comunitária, mas tendo o presidente a gente já consegue retomar essa conversa, a fim de, de fato, o Município conseguir concluir o termo que foi firmado, como o senhor comentou lá em 2016. Mas acho que só para trazer, não fizemos ainda, a Prefeitura não buscou o contato junto ao GHC porque nós não tínhamos uma referência, o presidente Barichello assumiu recentemente, agora temos. Porque naquela vez lá em outubro ainda se falou a questão de doação de outros terrenos, mas ainda não tem a certeza; se precisa bater o martelo aí com o GHC, que seria como parte de pagamento da dívida de R\$ 32 milhões. Mas acho que está tudo bem caminhado, agora é uma questão de a gente juntar esforços e conseguir entregar aí para a população, obviamente que tanto necessita. A gente sabe, tanto o Coinma, quanto o Jardim Leopoldina são unidades – e não vou entrar no mérito –, mas super precárias em termos da estrutura, a gente tem dificuldade do acolhimento, não é o que a gente preconiza, enquanto Atenção Primária da Secretaria de Saúde. Precisamos de uma ambiência, a gente sabe as unidades, muitas a gente luta para conseguir torná-las melhor, tornar uma casa para os

usuários e que eles se sintam acolhidos, e é o que a gente quer o fim dessa conclusão desse termo. É essa a minha manifestação. Obrigada.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, Caroline. A Sra. Carolina Gasperin, representando o GHC, está com a palavra.

**SRA. CAROLINA GASPERIN:** O importante é que a gente está aqui representando o Dr. Barichello que é o nosso diretor-presidente, então é com ele sim que vão ser tratados esses assuntos, e a gente está aqui o representando, porque ele não pode vir. Esse é um processo de 2016, então sim os valores estão desajustados, a dívida original era de R\$ 32 milhões, foi dado desconto de R\$ 22 milhões. Acho importante o Adiel já dar a notícia dos projetos, e também acho que é importante que vocês tenham em mente que as unidades dentro desse valor são prioridades. Então dentro de todos os outros acertados, desse processo, a prioridade são as duas unidades. Claro que vão ter que ser ajustados os valores, tanto da dívida quanto dos orçamentos e dos novos projetos, mas certamente vai ser a prioridade no ajuste.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** O Sr. Adiel Coelho da Cunha, representando o GHC, está com a palavra.

**SR. ADIEL COELHO DA CUNHA:** Bom dia a todos, cumprimentando aqui a mesa e os presentes; só para recordar, porque são muitas informações; era uma dívida de R\$ 32 milhões, dado o desconto ela ficou em R\$ 22 milhões e tem vários itens, e cada item tem as suas particularidades. Um dos itens, que por muitos anos foi a prioridade, foi o terreno para a construção do Centro de Oncologia, o centro já está sendo concluído, falta ainda alguma burocracia para ter o registro de imóveis, mas é burocracia, não envolve propriamente dinheiro do caixa do Município; um outro terreno da escola GHC; e a pauta de hoje aqui é a construção do Coinma e do Leopoldina que, naquela época em 2016, foi orçado o Leopoldina em R\$ 4,5 milhões e a unidade Coinma em R\$ 4 milhões;



esses valores vão ser atualizados. Desde o ano passado o GHC encomendou as plantas complementares, então o projeto arquitetônico já tem, as duas unidades foram aprovadas na SMAMUS, as plantas. Então a gente teve uma reunião recente com a assessoria comunitária da SMS, estava junto o pessoal da Fazenda, uma outra reunião na SMAMUS, e em seguida a planta do Coinma foi aprovada. E os projetos complementares, que é o que precisa para fazer o pacote para entregar pronto para a licitação, naquela reunião estavam previstos para o final de março; teve contratemplos. A gente consultou ontem a nossa Engenharia, e os projetos vão ficar prontos no final de maio. Então agora no final do próximo mês o GHC faz a entrega oficial dos projetos da nova Coinma e nova Leopoldina para a Prefeitura.

A questão dos terrenos, que entrou, é por que, além do Centro de Oncologia, além do terreno da escola e dessas duas construções, tinham duas parcelas em dinheiro de R\$ 3 milhões e pouco, R\$ 3,8 milhões, uma em 2018 e uma em 2019, e a Prefeitura não fez o repasse desse recurso. Então essa verba tanto pode ser utilizada para essa diferença do valor das obras do Coinma e do Leopoldina e o que sobrar ir para o terreno, porque a gente tem interesse num terreno próximo ao GHC, para a Unidade Conceição. Como a Carolina falou, a prioridade são as obras, porque desde 2016 elas já estavam ali. Então não há a possibilidade de trocar obrigação de fazer das obras por outros terrenos, como já foi pensado no passado. Então, o GHC segue necessitando que o Município faça e construa a obrigação de fazer das unidades. Até maio os projetos estarão prontos e a gente entende que a parte do GHC, nesse processo, vai estar concluída, as obras estão aprovadas e os projetos vão estar concluídos até o final de maio.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado Adiel. A Sra. Josiane Gasperin, engenheira da Secretaria da Saúde, está com a palavra.

**SRA. JOSIANE GASPERIN:** Bom dia a todos. Com relação à parte de engenharia, como o Adiel acabou de dizer, a gente tem feito essas tratativas e, a partir do dia que ele entregar os projetos para gente, a gente vai ter um valor

e aí, sim, a gente vai começar a trabalhar sobre isso. São dois momentos: o primeiro, saber qual é o valor e aí a gente vai ver como aportar, a gente está fazendo consulta ao BID, tem outras formas que a gente está tentando internamente, mas de qualquer sorte a gente precisa, primeiro, de um valor para entender o que a gente tem que aportar; o segundo, é a parte da engenharia que essa é comigo mesmo, sendo a prioridade do secretário, a gente passa a trabalhar em cima da contratação da obra em si. Os projetos são a primeira etapa, são entregues para nossa engenharia e a gente faz toda a documentação técnica para ir para licitação. Então, a partir desse momento, entregou o pacote para gente, a gente vai fazer a documentação técnica e vai mandar para licitação. E aí segue os trâmites burocráticos de licitação e todas as outras sequências para uma construção de obra. Com relação a prazos, tudo depende de, primeiro, entrega do GHC e, em um segundo momento, tem uma parte burocrática que a gente tem que vencer que é uma questão burocrática e técnica que vai ser vencida. É isso que eu tenho, na verdade, para posicionar; a gente, primeiro, precisa do valor para entender qual é o aporte – a gente está fazendo consulta, enfim, para ver como a gente vai fazer isso – e, no segundo momento, é a parte da engenharia da obra em si que é a contratação. Isso é uma parte técnica que tem seus tempos que, infelizmente, não tem muito como a gente fazer mais rápido do que é, de fato, necessário. Da minha parte é isso, neste momento, com relação ao parágrafo 2º que são as construções, a gente está aguardando os projetos para iniciar a questão da formulação, da licitação em si.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado Dra. Josiane. A Sra. Márcia Bento, promotora de justiça do Ministério Público o Estado do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

**SRA. MÁRCIA ROSANA CABRAL BENTO:** Bom dia a todos. Esta pauta é familiar ao Ministério Público, nós já tivemos várias reuniões. Existem dois inquéritos civis no Ministério Público, um, é sobre justamente a questão de infraestrutura e necessidade de construção de uma nova sede para a Unidade



Jardim Leopoldina e o outro é sobre a Unidade Coinma. Esse inquérito é de 2016, já passaram várias gestões no gabinete do Ministério Público, várias promessas foram feitas e neste momento, em março, nós tivemos uma reunião com Adiel, ele nos colocou a par do que estava sendo feito por parte do GHC. Nós também conversamos com o Município de Porto Alegre a respeito, o Dr. Marisco é o que está responsável por isso, nós pedimos acesso ao processo SEI da Prefeitura onde nós verificamos o que tem sido feito. Nós estamos a par da questão dos projetos que estão sendo elaborados, mas no processo SEI existem algumas questões que nós gostaríamos de ter uma resposta, uma delas é uma consulta feita à Procuradoria Geral do Município sobre a possibilidade de ser usado esse recurso do BID, porque havia uma controvérsia sobre se isso seria mesmo possível na medida em que nos disseram – e, aí, eu preciso de confirmação sobre isso – que havia uma exigência de que não houvesse recurso para que o BID aceitasse financiar. E me parece que, na medida em que existe um acordo judicial firmado e homologado pelo Poder Judiciário e não pelo Ministério Público – não teve participação do Ministério Público nesse acordo – o recurso, em princípio, teria que sair do Município porque foi ele que disse que ia fazer. Então a dúvida é se isso vai dar em alguma coisa. Acho que essa consulta jurídica é importante para a gente saber se vai ter resultado isso ou não. E a outra questão que me parece importante é que tem uma manifestação do Fundo Municipal de Saúde, do diretor do Fundo, dizendo que, se isso é uma dívida que foi assumida pelo Município de Porto Alegre, então esse recurso não tem que sair do Fundo Municipal de Saúde e, sim, do Tesouro Municipal e, para isso, precisa da participação da Secretaria Municipal da Fazenda para nos dizer se eles concordam, E aí, a partir do momento que tivermos o valor da obra, trabalhar no sentido de incluir isso no Orçamento, porque, se não, tudo isso em que se está trabalhando, exaustivamente, ao longo dos anos, não vai ter o resultado que a comunidade espera. Então eu acho que essas questões são fundamentais. Nós chegamos naquele momento em que precisamos de uma definição de onde sai o dinheiro; se não, não adianta. Entendem? Esbarramos nisso. Os projetos podem estar prontos, podem todos os órgãos técnicos terem

tomado todas as medidas necessárias, mas se não tiver uma decisão de onde sai o dinheiro, não vai dar em nada. Então a expectativa é grande, tanto por parte da comunidade, quanto por parte da Câmara, quanto por parte do Ministério Público. E é isso o que a gente espera, uma resposta a essas questões. Muito obrigada.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, Dra. Márcia. Ver. Oliboni.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Como eu coloquei no início da reunião, essa é uma dívida cobrada irregularmente de IPTU, ITBI e ISSQN. Onde está esse recurso? Na Secretaria da Fazenda. Isso que a Dra. Márcia fala é muito pertinente, porque, quando o GHC apresentar os projetos, não pode ter essa celeuma ou dúvida, por parte do governo, se vai ser o financiamento do BID ou esse dinheiro vem da Fazenda. Isso é uma decisão do gestor. É isso o que eu queria reforçar aqui ao secretário, se de fato isso está resolvido no governo, para não dar novos empecilhos daqui a 30 ou 40 dias, quando nós faremos uma nova reunião, quando os projetos estarão prontos.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** O Dr. Artur está com a palavra.

**SR. ARTUR EDUARDO JARZINSKI ALFARO:** Bom dia a todos, bom dia, Vereador José Freitas, Presidente da Comissão, Ver.<sup>a</sup> Tanise, Ver. Oliboni, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, Dra. Márcia, os representantes do GHC e a comunidade aqui presente. Apenas reitero aos senhores que à PGM cabe a questão legal do processo, não nos cabe decisão de gestão, mas tentando esclarecer alguns questionamentos que foram feitos aqui, com relação ao Fundo de Saúde Municipal que a Doutora Márcia Bento falou, não tem realmente como ser utilizado o valor do Fundo Municipal de Saúde para esse tipo de pagamento. Com relação ao que foi dito pelo Ver. Oliboni, na verdade havia uma discussão sobre a origem dessa dívida, havia uma discussão sobre a imunidade tributária ou não do grupo GHC; IPTU, ISS ITBI e uma série de outros impostos municipais

que, alguns anos atrás, foi decidido pela imunidade e aí ficou esse passivo. Daí a origem dessa dívida que hoje existe. A única dívida que teria realmente é a coleta de lixo, essa não tem imunidade, mas é um valor totalmente ínfimo em relação ao montante da dívida. Com relação à consulta que foi feita para a PGM, apenas lembrando, a questão do BID, também é dinheiro da Fazenda porque é um crédito que o Município pega, um empréstimo e a Secretaria da Fazenda irá pagar. Por quê? Porque esse valor tem que sair da Matriz 40, se eu não me engano, a Fazenda sabe melhor que eu qual é, ela sai do Tesouro Municipal, ela não sai da Saúde propriamente dito e só tem duas formas de ser feito esse pagamento. Uma delas é a inclusão na Lei Orçamentária Anual, que logo em seguida vai entrar em discussão na Câmara. Daqui a pouco, se o caminho for esse, nós vamos ter que incluir na discussão da LOA, porque nós temos que ter essa previsão orçamentária para que se possa fazer os pagamentos ou a sugestão de se incluir no BID. Só deixar suficientemente claro que em ambas hipóteses de solução, o dinheiro sai do Município, em uma ele vai dispendir imediatamente e em outra ele vai pagar, quando pagar o financiamento. Eram esses os pequenos esclarecimentos. Caso tenham outros, a gente vai respondendo durante a reunião. Muito obrigado.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Muito bem, vamos unir as forças com o Dr. Artur e com a Dra. Danieli, da Fazenda para ver se libera essa semana esse valor aí. Doutora Danieli Martins da Secretaria da Fazenda.

**SRA. DANIELI ELY MARTINS:** Bom dia a todos, vereadores, demais presentes na mesa e a comunidade. Nós fomos chamados para participar da reunião, eu até, uma semana atrás, fiz uma reunião com o presidente da Coinma, estive lá no gabinete da Fazenda, porque a Coinma tem um saldo de taxa de coleta de lixo. Fiz alguns esclarecimentos, encaminhei para conversar com a procuradoria municipal, até porque os valores já estão em execução judicial. Em relação ao financiamento, a gente ainda não tem uma atualização de qual é o ponto, mas, com certeza, tendo uma decisão, ou vai para previsão orçamentária, a gente vai

ter a LDO agora em agosto já sendo encaminhada, ou então uma operação junto ao BID. Mas eu tenho certeza que a Secretaria da Fazenda vai prestar o apoio necessário tanto à Secretaria Municipal da Saúde quanto ao acordo fechado pela procuradoria.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, doutora. Anuncio a chegada da Ver.<sup>a</sup> Mônica, que faz parte da nossa Comissão de Saúde. Vou passar a palavra para a Sra. Inês Flores, que é conselheira distrital da Leste e também representa o Conselho Municipal de Saúde.

**SRA. MARIA INÊS BOTHONA FLORES:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Saúdo todas as usuárias e os usuários que estão presentes nesta luta para a construção destes dois postos de saúde, que são do GHC. Quero saudar o GHC, que presta um excelente serviço de saúde para a população de Porto Alegre e frisar que a população espera desde 2016 a construção desses postos. Esses postos não podem sair do cobertor curto da Saúde, porque a Saúde já não está dando conta de prestar o serviço, tanto que contratualizou empresas para prestar os serviços na Atenção Básica de Porto Alegre, o que nós, do Conselho Municipal de Saúde, somos totalmente contra, é preciso aqui deixar isso registrado. E nós também somos contra a que esse dinheiro saia da Saúde, que já tem um orçamento tão curto. Esse dinheiro entrou pela Secretaria da Fazenda, foi um pagamento de tributos que o GHC fez, e a gente estranha, Carolina, que a gente ainda esteja esperando a posse do Dr. Barichello, porque esse processo já anda há muitos anos. Todo o projeto arquitetônico já está pronto, já temos os dois terrenos, já foram cedidos...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. MARIA INÊS BOTHONA FLORES:** Sim, está tudo pronto, vamos dizer que está 80% do processo todo pronto. A gente sabe que tanto o Leopoldina como a Coinma são regiões da cidade que, se os senhores vereadores e

vereadoras circulam, são bairros que estão se verticalizando muito, e não é mais o mesmo número de pessoas que são atendidas nesses dois postos de saúde que eram em 2016, ou que eram em 2012, ou que eram quando da criação desses postos. Nós temos necessidade de construção de mais outros postos nessas mesmas regiões pela demanda de serviços que nós temos naquela população. Enquanto usuária do SUS, enquanto representante de pessoas que são usuárias do Serviço Único de Saúde na cidade Porto Alegre, eu peço que os senhores vereadores se sensibilizem com essa demanda, e que esse dinheiro saia o quanto antes dos cofres da Prefeitura, dos cofres da Secretaria Municipal da Fazenda. E que a Secretaria Municipal da Saúde possa então encaminhar esses projetos para construção e atendimento de maneira mais adequada para essa população tanto da Coinma como do Leopoldina o mais rápido possível. Era isso, muito obrigada.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, dona Inês. Passo a palavra ao Sr. Laone, do Conselho da Coinma.

**SR. LAONE SIMONETTI DE OLIVEIRA:** Eu gostaria de cumprimentar a todos, esse assunto é de extrema importância e relevância. Eu sempre, na minha fala, gosto de dizer que nós temos valores sem preço. Aqui estamos tratando de um valor sem preço, isso não tem custo, nós estamos falando de custos, estamos falando de recursos. Claro que precisamos falar disso, mas eu quero chamar a atenção que a atenção à saúde básica tem salvo muita gente, tem dado uma qualidade de vida muito melhor para as pessoas, e que isso é um tema de extrema, extrema, extrema, extrema relevância. Nós aqui estamos representando uma comunidade que essa obra vai impactar, na nossa área, no mínimo, 30 mil pessoas. Nós já temos mais de 6 mil cadastrados, temos mais 15 mil dentro da nossa área de atuação. Como bem colocado pela Dona Inês, a questão da verticalização é eminente, nós estamos numa área próxima ao empreendimento do Zaffari e está vindo muito mais. Nós precisamos muito dessa obra, hoje nós temos vídeos andando pelas redes sociais mostrando o que está

acontecendo com o povo que usa o posto de saúde, então a questão é a seguinte: lá na Fazenda nós temos uma associação de moradores que disponibilizou, há mais de 20 anos, para a construção desse posto, esse assunto é jovem! Nós já estamos lutando há 20 anos por esse posto, nós já temos esse terreno disponibilizado há 20 anos. Hoje essa instituição tem imunidade tributária, tem certificado de ente de utilidade pública, mas, como a nossa amiga da Secretaria da Fazenda falou, nós estamos sendo cobrados de taxas de lixo. Olhem só que coisa séria isso: nós disponibilizamos um terreno para a população usar, não cobramos nada, não temos remuneração nenhuma, é um terreno próprio, já há 20 anos pessoal! Essas coisas vieram nos trancando ao longo do tempo, e o que que a gente tem feito? Nós temos conversado com as autoridades; hoje nós estamos aqui na Câmara, assim como estivemos em 2021 na COSMAM, na CEFOR, atualmente nós estávamos tratando com a Secretaria da Saúde, com a Secretaria da Fazenda, que nos recebeu e está encaminhando assunto. Eu espero que dessa soma de pessoas em prol desse assunto nós consigamos resultado, porque não é possível, não é aceitável que as pessoas estejam na chuva, pessoal, no sol! Eu gostaria de perguntar para a Secretaria da Fazenda essa definição, nós precisamos dessa definição de onde vai sair o recurso, se é oriundo de impostos, que venha dos impostos; se é oriundo de outras áreas, que venha, mas tem que vir, nós precisamos muito, muito dessa definição. É isso aí.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** A Maria Helena, do Conselho de Saúde do Jardim Leopoldina, está com a palavra.

**SRA. MARIA HELENA GOMES:** Faço parte do Conselho Local de Saúde, e a gente já está nessa luta há muitos anos. Eu também sou agente de saúde, há 31 anos, do Hospital Conceição, temos agentes saúde também na nossa unidade da Prefeitura. Nós, desde 1989, estamos na luta do posto de saúde Jardim Leopoldina; nós atendíamos num JK, num salãozinho de festa pequenininho, e graças a luta da comunidade, do Conselho Local, das



associações, nós conseguimos ir para um posto um pouquinho maior no Leopoldina. Ali a gente conseguiu ver que o Hospital Conceição estava abrindo postos de saúde, como abriu 12 postos de saúde. Na nossa unidade a gente lotava o ônibus para ir na luta, como nós estamos na luta até hoje.

Isso tem que ser revisto, olhar mais um pouco para a comunidade. Estamos com um contrato legal, juridicamente, tem que ser oficialmente cumprido e não está sendo. Aqui tem uma foto – está o Dr. Barichello – da época da assinatura desse contrato. Então isso é de extrema importância, nós temos na nossa comunidade 15 mil habitantes, não temos salas para atender todo mundo, a nossa unidade é uma UPA da vida, como o nosso colega falou, ela lota no sol ou na chuva, o nosso terreno a Prefeitura já condenou, não podemos fazer mais nada, temos uma cadeira de dentista para 15 mil habitantes, e o pessoal ocupa, sim, porque saúde e SUS em primeiro lugar, então isso é importante para nós.

Quero agradecer também a todos os presentes que estão aqui, à nossa comunidade que veio aqui nos prestigiar e ter uma solução. Falaram ali que tem 80% o conselho municipal, e já resolvido. O Conceição já tem todos os nossos projetos prontos. Agora, a gente gostaria de saber quando vai sair esse papel? Quando? Nós estamos lutando até hoje. Então, eu quero fazer um encaminhamento para Secretaria Municipal de Saúde para ver quanto tempo vai levar essa situação ainda. Faz cinco anos, está aqui escrito: dia 12 de maio de 2016. O projeto do Conceição vai estar pronto em maio, deu causalidade de ser maio de novo, que seja no Dia das Mães o presente para comunidade. (Palmas.)

**PRÉSIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Muito bem, Dona Maria Helena. Passo a palavra para Carine, do Jardim Leopoldina.

**SRA. CARINE DA FONTOURA FERNANDES:** Bom dia. Eu sou trabalhadora, assistente social da Unidade de Saúde Jardim Leopoldina. Agradeço à Mesa, faço uma saudação, mas em especial a comunidade que está aqui, que se organizou coletivamente. Como disse a Maria, a luta não vai parar, porque essa luta é de muito tempo. Eu cheguei na Unidade de Saúde Jardim Leopoldina em

2019, e essa luta já se costurava, já se mantinha essa caminhada firme da comunidade, dos trabalhadores há muitos anos. Há 30 anos se constrói possibilidades de melhorias de qualidade de atendimento para a população e dignidade para as trabalhadoras e os trabalhadores, porque a gente precisa de condições dignas para exercer a atividade do trabalho da saúde, no SUS, que é direito e dever do Estado, certo? E aí queria retomar, na minha fala, um pouco, porque é importante – embora eu vá repetir – dizer da nossa realidade. Também saúdo a comunidade do Coinma, mas falo especificamente do Jardim Leopoldina. Nós temos cinco equipes de saúde da família dentro de um mesmo serviço. Nós temos uma equipe multiprofissional que também compõe esse serviço, com assistente social, com psicologia, com terapia ocupacional, farmacêutica, com nutricionista, atendimento da psiquiatria. Nós temos o nosso setor de farmácia, que eu não recordo se foi trazido à mesa, mas nós temos uma média/mês de 2,5 mil dispensações de medicamentos. Nós temos a média de 300 atendimentos por dia. Tudo isso, gente, já era uma rotina, quando eu cheguei em 2019, que já acontecia, a partir de 2020, com a pandemia, com processo de agudização do adoecimento, com demanda reprimida, principalmente as questões de saúde mental, as condições precárias de vida da população, que a gente sabe que isso adocece, porque saúde é uma série de questões... Que a gente não está tendo também no município de Porto Alegre, está tudo muito difícil... Ir lá, chegar na nossa porta da Unidade de Saúde Jardim Leopoldina e dá dor imensa a gente não conseguir acolher a comunidade da forma que a comunidade merece. E também entre nós, trabalhadoras e trabalhadores, sabemos o quanto tem sido sofrido mentalmente, fisicamente, todos os dias, pela precarização desse trabalho.

Então, para encaminhar, a nossa pergunta vai ao encontro do que a promotora Márcia colocou, mas para Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura poderem nos responder. Se a gente já teve audiência pública, COSMAM, CEFOR, promessa que seria encaminhado, através da Lei Orçamentária Anual, o pagamento dessa dívida, a nós nos causa também um pouco de estranhamento pensar na estratégia de pegar o empréstimo desse banco, do BIRD, sendo que

tem outras unidades, como a Maria Inês também trouxe, que também estão precisando. A gente já tinha o encaminhamento de garantias, então a pergunta que a gente quer encaminhar para Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura é: se em maio vai ser apresentado novamente o projeto, vai ser atualizado tudo, e a lei orçamentária para o segundo semestre, qual é o prazo que nós temos? A gente quer essa resposta, a gente veio aqui coletivamente, porque a gente quer essa resposta e vamos seguir cobrando coletivamente, de diferentes formas, até nós termos essa resposta, é isso que a gente precisa aqui. A gente quer atendimento digno para comunidade e condições de trabalho adequadas para nós, porque está muito difícil e muito violento conosco, trabalhadores, e com a comunidade. Obrigada. (Palmas.)

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigada, Carine. Pessoal, eu vou pedir licença para vocês, vou ter que me retirar, a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo continuará com os trabalhos. Obrigada pela presença de todos, vocês podem sempre contar com a COSMAM aqui. Um abraço.

(A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Vamos passar para a próxima inscrita, Caren Serra Bavaresco, trabalhadora da Unidade Saúde Coinma.

**SRA. CAREN SERRA BAVARESCO:** Bom dia a todos. Meu nome é Caren, eu sou trabalhadora de saúde do GHC e atual gestora. O que me causa estranheza, assim como a colega falou, é como é que alguém promete um pagamento e não imagina de onde vai vir o dinheiro. Isso é uma coisa absurda! Que alguém, uma secretaria, um ente público prometa um pagamento e não faça a menor ideia de onde vai vir o dinheiro. Eu estou há 16 anos no Conceição e, pelo menos, eu já vi uns cinco ou seis projetos para a Unidade Coinma. Bom, para cinco ou seis projetos se deve ter uma previsão do valor! Como a colega falou, a gente está trabalhando na sobrecarga, acho que o Laoni trouxe uma coisa muito importante,

o número de pessoas que está utilizando o SUS cresceu absurdamente, as pessoas perderam os planos, então as unidades estão trabalhando no esgotamento máximo. A Unidade Coinma está com o telhado condenado há muitos anos. Faço uma pergunta: de quem é a responsabilidade, se algo acontecer com algum funcionário ou com algum usuário dentro da unidade? Quem vai responder? Quem vai responder se nós não tivermos capacidade de atender as pessoas, porque a gente já está saturado? Quem vai responder, se a gente não tiver mais condição de fornecer um trabalho adequado? Nós? Os trabalhadores? Porque somos nós que estamos lá. A comunidade, que precisa da gente? A gente não tem mais como continuar nessa condição. Quem dera uma das unidades tivesse a estrutura que tem esta Câmara de Vereadores. Por que é que o recurso foi aportado aqui e não é aportado lá na saúde? Qual é a prioridade desta gestão? Fica aqui a minha questão. (Palmas.)

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** A pergunta da Karen foi encaminhada para a Secretaria Municipal da Fazenda.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Acho que responde depois, né?! O Daniel, trabalhador da Unidade de Saúde Jardim Leopoldina está com a palavra.

**SR. DANIEL JOCOLY:** Bom dia a todos, cumprimento a Mesa, cumprimento especialmente todos os usuários que estão aqui, e trabalhadores também. Meu nome é Daniel Jocoly, sou profissional da saúde, trabalho na Unidade Jardim Leopoldina, e, desde o ano passado atuo na gestão local da unidade de saúde. Acho que fui contemplado em muitas falas aqui, tanto do colega do Coinma, como da colega Karine, até mesmo pela fala da promotora, com quem eu já tive, em alguns momentos, uma troca, em razão desse assunto, dessa temática da discussão da construção da unidade de saúde. Contextualizando, acho que trabalhar, hoje, na Atenção Primária do Município, falando especialmente para o Leopoldina, é um trabalho de muita resiliência, porque diariamente nós somos violentados; somos violentados enquanto profissionais de saúde, por vermos a

violência que o serviço causa para os usuários. A nossa unidade de saúde é uma unidade de saúde de grande porte, a gente já tem de uma média de 300, e agora com a campanha da vacinação até 400 pessoas em um dia. Pensando numa unidade de saúde que tem uma farmácia que não é farmácia distrital, como foi colocado, é uma unidade que dispensa de 2.500 a três mil medicamentos no mês, realmente é muito difícil para nós, enquanto profissionais da área da saúde, termos que, por vezes, limitar o acesso ao serviço em razão da falta de estrutura que o serviço dispõe para que nós trabalhemos. É muito difícil, enquanto gestor do serviço, ter que receber os usuários e ter que justificar o porquê de nós termos que estar limitando o acesso dos usuários. Muitos que estão aqui hoje já me conheceram nessa circunstância de ter que acolher e justificar o porquê da negativa de atendimento. Está sendo difícil para a equipe, como um todo, ter que dar conta da demanda que aumenta a cada dia. Como foi falado aqui, o nosso bairro teve uma verticalização, na entrada da unidade de saúde nós temos fotografias que relembram o momento da reinauguração da unidade de saúde, quando foi feita uma obra de ampliação do atual espaço, e na frente da unidade de saúde era um campo aberto. Hoje, a gente tem, no mínimo, uns 30 blocos de quatro, cinco andares lá. Isso justifica o alto índice de acesso, o alto índice de pessoas, usuários, com prontuário ativo no serviço, e nos faz cobrar, sim, de todas as formas legais possíveis, uma resolução para essa questão. Causa-me muita estranheza que, a partir da última reunião que nós tivemos, dia 23 de dezembro, nos foi prometido que na reunião que aconteceria em fevereiro nós teríamos essa resposta de onde viria o dinheiro para a construção da unidade de saúde. Chegamos aqui, hoje, na ideia de que teríamos essa resposta. E o que eu percebi, como todos os demais, é que a gente não tem. Então eu acho que a gente tem que saber de onde vem. É esse o questionamento, a gente quer saber de onde vem e quem vai pagar para que essa obra aconteça. Porque a gente precisa, a comunidade precisa, os trabalhadores precisam, e a gente vai cobrar isso até a gente conseguir. (Palmas.)

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Daniel. O próximo inscrito é o Sr. Carlos Ventura, conselheiro da Associação de Moradores do Bairro Coinma.

**SR. CARLOS ALBERTO VENTURA:** Bom dia a todos, eu sou do Conselho Fiscal da Associação Coinma, quero mais falar aqui, principalmente, não em nome da associação, mas sim como usuário de um posto de saúde, exclusivamente do nosso posto de saúde lá. Quero falar da importância que deve ter uma estrutura de acolhimento num posto de saúde. Eu sou um exemplo vivo do serviço importante que esses acolhimentos prestam à comunidade. Através dos exames, pré-exames de doenças, assim como eu, no caso, diagnosticado com uma doença terminal em 2013, e só através do acolhimento, da vontade desse povo que trabalha nesses postos, em condições precárias, estou aqui hoje conversando com vocês. Então, assim, o que eu sofro hoje no posto como todos os moradores, e deve ser o exemplo de outros que estão aqui também? Com as condições precárias de justamente um pré-acolhimento dentro do posto. O pessoal do posto faz o que pode e o que não pode dentro das suas possibilidades, nunca deixam de atender ninguém, mas a gente vê que eles trabalham num esforço além da capacidade deles. Ali onde eu moro, quem quiser pode ir lá ver, a gente fica esperando na intempérie, na verdade, no frio, na chuva, porque o espaço é pequeno. E, em determinados dias, a marcação de consulta é por mês, a gente disputa espaço com os carros que estão passando na rua, porque não cabe todo mundo dentro do posto. Então, assim, eu, na verdade, quero agradecer por esse movimento que está sendo feito, que é uma boa iniciativa, é pelo menos uma forma de mostrarem que estão preocupados. Mas que não fique por aqui, que o poder público realmente faça a sua parte, porque é disso que o povo precisa: o retorno dos seus impostos, e assim que tem que ser. Eu agradeço a todos. Muito obrigado. (Palmas.)



**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Carlos. A próxima inscrita é a Carmem Lopes, da Associação Comunitária do Posto de Saúde do Jardim D. Leopoldina.

**SRA. CARMEM LOPES:** Bom dia a todos, sou usuária e estou presente na Associação Comunitária do Posto de Saúde do Jardim D. Leopoldina. Vocês podem até estranhar: “Puxa, esse posto tem uma associação!” Sim, nós temos uma associação, que foi criada justamente para a gente poder buscar aquilo que a Maria Helena disse, a nossa historinha. Ele foi criado para buscar ampliar o posto, para poder botar o posto dentro do Conceição, para tudo isso a gente tinha esse posto. E, até hoje, ele ainda sobrevive. E eu queria dizer assim para vocês: vejam bem, vocês estão vendo um monte de cabecinhas brancas aqui, não né? “Bah, mas vocês estão reclamando que não tem atendimento. Olha aqui, todo mundo vivo!” Mas todo mundo viva a duras penas, a muita necessidade. Realmente, a gente não pode deixar de reconhecer que nós temos um posto de saúde à altura das nossas necessidades no sentido de que fazem tudo, o impossível, às vezes, para nos atender – isso acontece no nosso posto. Por que estou dizendo isso? Porque tudo que é coisa de saúde, e principalmente do gestor, da Prefeitura, depende daqueles que estão trabalhando lá no local, sabe, aqueles que trabalham lá e que não medem esforços de fazer, de atender o máximo que podem, porque, às vezes, não conseguem. Então, eu fico muito chateada de ver, gente, o ano passado, nós estivemos aqui para brigar para que o nosso posto entrasse no orçamento da cidade; não entrou – não entrou. Por quê? Porque será que não entrou? O que eu soube foi que a Prefeitura não deu muita importância para a saúde, foi o eu que me passaram. Então, a minha pergunta é a que todo mundo já fez aqui: quando nós vamos ter certeza de que vai haver esse dinheiro para fazer no nosso posto de saúde? Porque isso está passando na conta gente – passando da conta –, sabe? Nós já fizemos essa pergunta muitas vezes aqui nesta Casa, então nós queremos saber quando vai ser... vou repetir o que todo mundo já falou: quando nós vamos ter esse dinheiro, a construção garantida pela Prefeitura? Eu acho que nós não temos mais dúvida

de que isso tem que ser assim, não temos mais dúvida, não vai ser troca de nada, não vai ser troca disso ou troca daquilo, a Prefeitura tem que garantir que a nossa construção saia, quando vai acontecer isso? Porque a parte do GHC parece que já está feita.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Dona Carmem. O Sr. Luiz Airton da Silva, trabalhador da Unidade de Saúde Jardim Leopoldina, está com a palavra.

**SR. LUIZ AIRTON DA SILVA:** Bom dia a todos. Agradecer a comunidade do Jardim Leopoldina, estamos juntos nesta luta há anos, como já foi citado aqui. Quero fazer alguns pedidos e alguns encaminhamentos. Primeiro pedido importante, e já um convite aos parlamentares, vereadores que compõem esta Mesa, a visitar as comunidades para verem a realidade do dia a dia, tanto dos trabalhadores quanto dos usuários atendidos nesses postos. Encaminho à COSMAM esse convite e, dentro da organização dos parlamentares, fazer essa visita que, no meu ponto de vista, é muito importante.

Um outro pedido, para os parlamentares também, que a COSMAM encaminhe para gravar o orçamento dentro da lei. Esse é um pedido para os parlamentares, porque acho que é uma das atribuições deles, debater o orçamento, então, peço que a Mesa encaminhe para gravar, pois é importante, o pessoal está questionando isso. Tem que estar gravado na lei orçamentária que é fundamental, para garantir esse recurso. Para o pessoal entender bem, os parlamentares têm, vamos dizer assim, essa atribuição dentro do Regimento.

Uma outra questão bem importante, e aí direciona esta fala para o pessoal do GHC. Não é de hoje que o pessoal do GHC – hoje vocês estão à frente novamente, mas vou ter que falar -, já falei para vários gerentes, Helena, Antônio, que já passaram, e a promessa de terminar as plantas complementares. É fundamental. Para a comunidade entender, não está feito, e isso é responsabilidade do GHC entregar, e eles estão sempre falando que vão entregar em tal data. Agora vou levar fé que vocês vão entregar no final de maio,

que é fundamental. A gente tem que entender que isso é responsabilidade do GHC, que as plantas complementares não estão feitas. Faz anos que eles dizem que vão terminar e não é entregue. É importante a comunidade entender isso. O que é de responsabilidade do Município e o que é de responsabilidade do GHC. Obrigado.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Não temos mais inscritos, então vou passar para resposta aos questionamentos feitos, depois, fazemos os encaminhamentos.

A Sra. Danieli Ely Martins, da Secretaria da Fazenda, está com a palavra.

**SRA. DANIELI ELY MARTINS:** A gente teve três perguntas que, basicamente, são em torno da previsão orçamentária. A definição da fonte de recursos, qual o prazo que se tem para essa previsão orçamentária, e também que se comprometa com a previsão e por que não tinha; por que se tem a previsão da obra e não se tem a previsão orçamentária.

Primeiramente, tem um passo inicial que é a entrega das plantas. Vejo que a Secretaria Municipal da Saúde tem dialogado com o GHC, e o Município não faz uma previsão orçamentária, sendo que não tenha a previsão do gasto. Não tem por que, com recursos tão escassos, prender um recurso, deixá-lo ali reservado sem uma previsão da execução naquele ano. Eu conversei com o pessoal da equipe de planejamento, porque parece que a Fazenda tem todo o recurso com ela. Mas o que acontece resumidamente? A Fazenda arrecada os recursos, a gente até falou aqui dos impostos, do IPTU, ITBI, ISS, e esses recursos vão para o Tesouro Municipal, tem uma parte que vai já registrada para a educação e para a saúde, 25% e 15%, e uma outra parte é distribuída no orçamento. O orçamento não é planejado pela Fazenda; ele é planejado pela Secretaria de Planejamento e Gestão. Então, conversei com a Luciane, que medisse que está sendo gerido, entre a Procuradoria do Município e a Secretaria Municipal de Saúde, uma reserva, uma previsão para o caso dessas duas obras. Agora, a forma como vai se dar ainda não se tem definida, fechada, assinada, mas está dentro desse

mesmo trâmite de entrega das plantas e andamento do processo. Com certeza, eu entendo que, se o Município fez um acordo e tem esse andamento previsto, o Município não vai se furtar de realizar. Agora, a fonte determinada dos recursos, com certeza, vai ser dado de acordo com a melhor forma de a gente conseguir liberar o orçamento também para outras áreas sociais. Se a gente puder contar com financiamento, a gente consegue usar esse recurso do financiamento, pagar ele em longo prazo, e poder usar o recurso que a gente poderia gastar, esses três ou quatro milhões, em outras áreas como saúde e assistência social. Então isso é importante e que o Município tem feito hoje, cuidar para que o recurso seja empregado da melhor forma, para não limitar o acesso de toda sociedade aos serviços públicos.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Dani. Nós temos também alguns questionamentos para a Secretaria Municipal de Saúde.

**SRA. JOSIANE GASPERIN:** Com relação aos questionamentos para a saúde, basicamente é com relação à obra, que é o que a saúde se determinou a construir. Eu quero aqui deixar um adendo de que a gente, de fato, como o último representante acabou de falar, a gente não tem os projetos ainda como foi falado aqui. Existem então dois questionamentos; eles, claro, estão talvez refazendo os projetos, porque, como vocês disseram, as demandas mudaram e possivelmente dentro das maiores demandas deve ter acrescido a área desses projetos, mas eles estão finalizando. Então não temos os projetos ainda. Aqui o Adiel até comentou agora há pouco, eles prometeram, a princípio, que até final de maio nos entregariam. A partir do momento desta entrega, a gente vai saber o valor de cada um desses postos. Com relação ao valor, enfim, a nossa colega falou aqui, aí vai ser visto a melhor forma de aportar este valor, mas, por enquanto, a gente nem sabe o valor dessas unidades, porque o projeto está mudando e possivelmente por causa que a demanda mudou também, mas, assim deixar muito claro que a gente não tem os projetos ainda. A princípio, vai ser fim de maio, e a partir daí a gente tem uma nova discussão com relação aí então à

questão do aporte, que é uma questão tributária, enfim, e a questão da saúde é se comprometer a contratar a obra; é essa a nossa parte, e é essa nossa parte que, a partir do momento que tivermos o aporte, a gente fará.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada. Vou passar para o GHC, o Adiel ou a Carol, para fazer a fala final.

**SRA. CAROLINE SCHIRMER:** Eu vou fazer uma prévia e o Adiel complementa, porque o Adiel é que tem a história. Se vocês repararem a foto que foi mostrada, o Dr. Gilberto Barrichello está ali como diretor administrativo e financeiro, que fechou o acordo de uma unidade, e agora, recentemente, pela troca de gestão, ele foi nomeado. Então as plantas ficarão prontas, e aí, final de maio, é o nosso prazo, e então a gente pode retomar e definir definitivamente o orçamento.

**SR. ADIEL COELHO DA CUNHA:** Isso; sim, está, gente, realmente, faltam os projetos complementares, sem esses não dá para licitar, mas é importante colocar que nós tivemos um período de pandemia, mudou o desenho das unidades, as plantas eram de 2014/2015, as plantas originais, não tínhamos farmácia naquele período, hoje tanto a Nova Coinma como a Nova Leopoldina vão ter o espaço adequado para entrega de medicamentos nas farmácias, e, por conta da pandemia, a gente voltou de novo a olhar os projetos arquitetônicos, porque, se tivermos, tomara que nunca mais tenhamos, mas, se tiver de novo, tanto o Leopoldina quanto o Coinma terão acessos secundários para separar os sintomáticos respiratórios e não ser um fluxo único. Então tudo isso foi atualizado, se cuidou para não mexer na estrutura, para não ter que voltar a planta a nível zero, então são detalhes de portas, janelas, enfim, detalhes mais arquitetônicos, para conseguir dar conta dessas demandas mais atualizadas. Então as duas plantas estão super atualizadas do ponto de vista arquitetônico, vão ter o número de consultórios adequados, número de gabinetes odontológicos adequados, farmácia, acesso, além de serem unidades verdes com reaproveitamento de água, com fotos elétricas, para a questão de energia

elétrica. Então elas também têm um novo conceito, não só o conceito de saúde, mas também o conceito ambiental estão nelas. Os projetos estão, desde o ano passado, licitados, sendo feitos por empresas terceirizadas, e elas apresentam e já apresentaram vários resultados que não eram exatamente o que a gente queria, então é normal isso até chegar no desenho final, e já estão sendo feitas, prontas para a licitação do Município. A forma de licitar, os anexos de licitar do GHC é um, e a Prefeitura tem alguns detalhes a mais, burocráticos, então o GHC já está conversando com a Prefeitura para entregar pronto para licitar, para daqui a pouco não faltar lá o memorial descritivo e ter que gastar mais meses em cima disso. Então a ideia é já entregar pronto na linguagem da licitação do Município.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Adiel. Vou passar para a Ver.<sup>a</sup> Mônica para fazer a sua fala.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Bom dia a todos, eu cheguei um pouquinho atrasada, mas imediatamente minhas colegas e vocês, nas suas manifestações, me colocaram a par do problema que é muito grave, concordo, são as condições precárias – eu ouvi muito bem – de acolhimento dentro dos postos de saúde, pessoas na chuva aguardando atendimento. Precisamos de uma definição. Saúde é o bem maior, não espera, não tem tempo, tem que ser resolvido. Fiquei muito impressionada com uma manifestação aqui, caros colegas, uma cadeira de dentista para 15 mil habitantes. Isso é fundamental, isso é uma pauta que nós vamos pegar aqui na comissão de saúde. Ver. Oliboni, parabéns por trazer essa questão tão importante; saúde não tem sigla partidária nem ideologia política. Todos nós aqui estamos preocupados com vocês e queremos ajudar; podem ver que tem diferentes partidos aqui, atentos, preocupados e querendo resolver. Bom, eu imediatamente liguei para o secretário da saúde, Mauro Sparta, que está em Brasília numa reunião importante resolvendo o problema do Pronto Socorro municipal, eu vou compartilhar aqui com os senhores e as senhoras. O Pronto Socorro municipal, como todos sabem, ele atende todas as pessoas do Estado do Rio Grande do Sul. Quando uma maca entra na porta, o porteiro não



pergunta da onde é, qual é o bairro. Então ele necessita de uma atenção especial, e todos nós aqui, vereadores, nos preocupamos com o Pronto Socorro, e a gente sempre envia emendas parlamentares, só que não são suficientes, porque o Pronto Socorro tem um gasto diário de R\$ 500 mil, e ele consegue apenas R\$ 70 mil. Então ele está lá em Brasília tratando dessa questão que é muito importante, mas, imediatamente, ele me atendeu, eu coloquei o problema que estava aqui, e ele mandou áudios, mas eu não sou da saúde né, nem sou engenheira, nem sou das finanças, a minha área é da comunicação, eu sou jornalista, estou no meu quarto mandato, mas vou tentar passar para vocês algumas questões que eu peguei, em tópicos; a dívida que o Município tem com o Conceição era de R\$ 34 milhões...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Está aqui, mas foi abatido pelo terreno onde está o centro de oncologia e, hoje, está em R\$ 24 milhões – o secretário colocou 24, vocês me desculpem que eu vou na íntegra – depois vocês resolvem a questão dos 22 ou 24. Esse acordo foi feito no passado; em 2008, 2009 e 2010, onde o Município se comprometeu em fazer duas Unidades Básicas de Saúde. O secretário Sparta esteve no Conceição e pediu alguns terrenos que tem próximos ao Conceição para abater da dívida, inclusive o Município, na época, aceitou, isso foi no governo Marchezan; o processo está bem adiantado, o processo da cedência do terreno, quitando parte da dívida, está bem adiantado, será uma unidade básica nova e mais duas unidades, uma delas da Leopoldina, porque o terreno é da Prefeitura, o outro terreno é mais complicado e terá que ser feito com recurso do Município, e, para tanto, precisa entrar no orçamento – estou indo na íntegra –, terá que ser viabilizado para o ano que vem. O secretário me disse que teve uma ideia. Aí eu recorro à Fazenda, porque também não é a minha área. Através do BIRD, seria possível?

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Já foi falado; então só para vocês compartilharem que todas as pessoas desta mesa, mais o governo, mais o secretário, porque eu ouvi uma frase que me chamou a atenção: “Ah, esse governo não estaria interessado em atender; vê que saúde não é importante...” Não. Saibam que este governo está preocupado. Talvez o tempo do governo não seja o nosso tempo, eu concordo com vocês, aliás, isso é uma coisa que sempre me preocupou, e eu não consigo ser mais secretária de nada por isso; porque o tempo dos governos não é o nosso tempo, mas saibam que nós estamos com vocês, e vamos ajudar. Aqui está a resposta do secretário da saúde. Era isso, enfim, obrigada. (Palmas.)

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Ver.<sup>a</sup> Mônica. Vou passar a palavra para o Ver. Oliboni fazer os encaminhamentos, depois eu faço o encerramento.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Pois então, eu fico bastante frustrado em ter uma reunião como esta e não ter um encaminhamento resolutivo.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nós tivemos mudança de governo há pouco tempo, e nós estamos aqui tratando de um assunto que faz seis anos que está parado; está parado. Tem culpa, o GHC? Tem. Ouvi aqui, Adiel, que o GHC, em seis anos, não fez o projeto... Me desculpa, vamos colocar a bola no centro e fazer a bola rolar. Eu assumo certa responsabilidade hoje? Sim. Porque quem assumiu o GHC agora são companheiros, e eu vou cobrar diuturnamente. Agora eu não quero ver o governo, daqui 40 dias, Adiel e Carol, espero que seja empossada lá como gerente; eu conversei ontem com o Barichello, novo superintendente, conversei ontem com o João Motta, diretor administrativo, conversei com o secretário da saúde também, o Mauro Sparta, que também não concorda que esse recurso saia da saúde. Pessoal, esse dinheiro entrou na

Fazenda; esse recurso está lá gerando juros e correção monetária. O governo municipal – aqui um pequeno adendo – terminou o governo, no ano passado, com 700 milhões de superávit. Será que precisa encaminhar na peça orçamentária, na LDB, e na peça orçamentária da Câmara, que só vai resolver no final do ano? Não há necessidade, o governo tem dinheiro. Daqui a 40 dias – estava combinando com a Cláudia, vice-presidente da comissão – nós estaremos no GHC e vamos pedir o auditório para que o GHC apresente dois projetos à comunidade para nós ouvirmos então, do poder público, o tempo e o prazo para execução do projeto. Essa é a questão e, nesse meio tempo, nós não vamos ficar parados. A Cláudia tem uma sugestão de visitas, e nós vamos fazer. Então, nesse sentido, pessoal, a reunião pode ter sido propositiva e resolutiva. Mas tem uma frustração no coração, quanta gente lá sem atendimento em duas unidades que precisam ser construídas.

Márcia, a tua frustração e indignação é nossa. O poder público é lento, como a própria Mônica falou, é muito lento. Imagina, a licitação vai demorar também, mas nós queremos saber que esse recurso foi destinado, será construído neste ano, e a população será atendida. Muito obrigado por ter vindo. Saúde e um forte abraço.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Bem pessoal, eu acho que a nossa reunião foi válida, como da outra vez. É muito importante a gente trazer e não deixar esse tema morrer, igual ao que vocês mesmos disseram, que são muitos anos de luta em busca dos postos. Eu tenho certeza absoluta que nós vamos solucionar o problema porque, na verdade, a nossa grande preocupação enquanto comissão de saúde, são as pessoas, é o atendimento das pessoas. Nós temos feito visitas em outros postos de saúde; muitos postos com muitas necessidades, com demandas represadas, e a pandemia trouxe muito isso, ampliou muito a questão da falta de atendimento por que os postos continuam os mesmos, dos mesmos tamanhos, e as pessoas mais necessitadas. Então a gente sabe dessas dificuldades, a gente sabe dessa necessidade e é por isso que nós não vamos desistir, nós não vamos parar por aqui, nós vamos seguir

conversando até acharmos uma solução. E eu quero dizer para vocês que o Município é parceiro, sim. Isso é uma demanda de muitos anos e que não é do governo Melo, é uma demanda de outros governos que vem se discutindo, que vem se falando, que vem se brigando, e o prefeito Melo tem uma preocupação muito grande. Por isso, eu tenho certeza que nós vamos solucionar, sim, esse problema.

E a parceria do GHC é muito importante, não é? Lá atrás aconteceu, tem a necessidade do retorno, e a gente vai trabalhar. Eu acho que, sim, como disse o Ver. Oliboni, teve falha? Teve, mas a gente sabe que a burocracia impede, que as gestões muitas vezes não permitem, por meio da burocracia, que se faça o que se gostaria de fazer. Então o GHC, entregando agora no final de maio, a gente fazendo essa reunião – no final de maio, início do mês de junho – entregando os projetos, a gente tem condições de levar à frente isso. Então nada se faz, enquanto não se tiver esses projetos atualizados para gente saber com que que a gente está falando. A partir daí, a gente vai – eu acho que por meio da LDO sim, porque a partir de agosto a gente começa a trabalhar a questão da Lei das Diretrizes Orçamentárias, e aí que a gente vai incluir esse recurso. Por que dizer que tem recursos sobrando, gente, na Fazenda é iludir o usuário, a gente tem que ser muito sincero com vocês. A gente tem um orçamento anual, esse orçamento é pré-determinado lá no início do ano e ele tem as suas rubricas, ele tem os seus destinos. não pode a gente chegar no meio do ano dizer: “Ah, agora, nós temos que entregar mais tal coisa”. Nós temos que programar e que ser por meio da Lei das Diretrizes Orçamentárias que a gente vai construir isso. E nós, enquanto vereadores, somos parceiros para, se for necessário fazer alguma emenda para encaminhar por meio da LDO, que a gente faça isso para que a gente possa aprovar para o orçamento para ser executado no próximo ano.

Eu acho que isso é um grande ganho para a comunidade, se a gente conseguir, a partir do início do ano, trazer isso para a lei orçamentária e conseguiu iniciar essa construção, a gente está tendo um grande ganho para comunidade.

Então quero deixar como encaminhamento aqui da Comissão de Saúde, nós vamos fazer a visita dos postos de saúde, como o pedido do Luiz Airton e da comunidade. Nós vamos agendar e vamos comunicar o Leopoldina e vamos comunicar o GHC para estarem conosco nessas visitas. Então nós vamos providenciar agora durante o mês de maio e junho essas visitas e, depois, nós vamos fazer a reunião como Barrichello, que é o novo presidente, que estava lá atrás nessa construção, que conhece esse assunto. Tenho certeza de que ele vai nos ajudar a resolver esse problema. Muito obrigada a todos que estiveram conosco. Essas horas não são em vão, a gente vai conseguir resolver, com certeza, e em breve estaremos inaugurando as duas unidades. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h35min.)

TEXTO SEM REVISÃO